

Ameaça à vida

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma simples gotinha de sangue nos primeiros dias de nascido pode definir a saúde de uma pessoa para o resto da vida. Apesar de ser um direito de todo recém-nascido, 40% dos 2,3 milhões de bebês nascidos vivos podem perder a chance de fazer este teste gratuitamente. O motivo é o preço repassado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às unidades conveniadas. Os hospitais credenciados reclamam que o valor pago pelo governo federal (R\$ 5) não cobre os custos com o exame (R\$ 7). Os 34 centros que aceitam o valor repassado pelo Ministério da Saúde (MS) ameaçam deixar de oferecer o serviço. Na rede particular, o mesmo exame custa R\$ 50.

“Atrasamos o pagamento de fornecedor de material e nos juntamos para negociar preços de reagentes e equipamento como forma de garantir a triagem e o acompanhamento, em caso de detecção de doenças”, lamenta José Alcides Marton, presidente da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal (Unisert). Os centros pedem um aumento de 5% na tabela do SUS para este exame. Prometido para este ano, após meses de discussão, o reajuste ainda não ocorreu.

Por meio do teste é possível detectar doenças como a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito. Essas doenças, se não tratadas rapidamente, podem levar à deficiência mental do bebê. A primeira atinge uma em cada 15 mil crianças brasileiras e provoca alterações no metabolismo do bebê. Em relação à segunda, a incidência é maior. Afeta uma em cada 3,5 mil e causa a diminuição ou ausência de um hormônio produzido pela glândula tireóide. O teste se tornou obrigatório em todo o país desde 1992.

Especialistas e representantes do governo se reuniram esta semana, em Brasília, durante o Seminário Nacional e IV Congresso Brasileiro de Triagem Neonatal. Promovido pelo Ministério da Saúde e pela Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal (SBTN), o encontro de três dias discutiu a ampliação da cobertura do teste do pezinho no Brasil. Mas não se

Gervásio Baptista/ABr



TÂNIA MARINI, DA SBTN, COORDENOU SEMINÁRIO EM BRASÍLIA JUNTO COM ESPECIALISTAS PARA DISCUTIR A AMPLIAÇÃO DOS EXAMES EM BEBÊS

chegou a um acordo sobre o reajuste do valor do exame. “A questão não é técnica. Foi feito um estudo de viabilidade e acordado o reajuste, que ficou comprometido em consequência do atraso na aprovação do Orçamento Geral da União”, diz Tânia Marini de Carvalho, presidente da SBTN e coordenadora do evento.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados realizou audiência para discutir a continuidade do teste. “Não há reajuste há 12 anos”, destaca o deputado Eduardo Barbosa (PSDB - MG), autor do requerimento. Instituições filantrópicas como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) reclamam do reajuste.

De acordo com o técnico do Ministério da Saúde, Joselito Pedrosa, do Departamento de Atenção Especializada, o valor vai ser alterado, mas o ministério não tem previsão. “Está nas priorida-

“

FOI FEITO UM ESTUDO DE VIABILIDADE E ACORDADO O REAJUSTE, QUE FICOU COMPROMETIDO EM CONSEQUÊNCIA DO ATRASO NA APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

”

*Tânia Marini de Carvalho,
presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal (SBTN)*

des deste semestre”, garante. Pedrosa reconhece que a paralisação do serviço pode prejudicar o atendimento, mas diz não ter conhecimento das ameaças de paralisação. “O ministério trabalha com a área financeira da Unisert na análise de custos da tabela e chegou a um consenso”, explica.

Em 2001, a triagem neonatal incluiu mais duas patologias nos testes realizados pelos centros: anemia falciforme, e fibrose cística —

que afeta especialmente o pulmão e o pâncreas. Desde então, os centros reivindicam R\$ 2 a mais pelo exame de fibrose cística.

“Brasil é o único país da América do Sul que tem triagem neonatal em nível de países como os Estados Unidos e a Inglaterra”, pondera o médico-pediatra Marcos José Burle de Aguiar, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo Aguiar, o aten-

dimento no estado é feito pelo sistema de saúde estadual e é exemplo no teste do pezinho. “Cobrimos 96% dos nascidos vivos no estado.” Esta não é a realidade no resto do país, onde há diferenças entre os tipos de serviços oferecidos.

Todos os estados oferecem exames para diagnosticar a fenilcetonúria e o hipotireoidismo. E apenas 12 unidades da federação realizam o teste para detecção também da anemia falciforme. Para a fibrose sistêmica, só Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. O Ministério da Saúde anunciou ontem que o DF e o Acre também farão testes para anemia falciforme.

Mais uma vez, o motivo é o custo. “Qual a instituição que vai se credenciar sabendo que vai ter prejuízo?”, questiona Marton. Segundo ele, Minas Gerais realiza cerca de 16 mil testes da fibrose sistêmica por mês, e tem um prejuízo de R\$ 2,16 em cada um dos exames.